

AULA 1: INTRODUZINDO A ECONOMIA

Nessa nossa primeira aula, nós vamos apresentar alguns conceitos básicos e específicos da Economia, que serão muito importantes para o nosso aprendizado dos tópicos que veremos mais adiante, de nível intermediário e até mais avançados da teoria econômica. Para aqueles que já estudaram Economia ou que já são iniciados nesta disciplina, este tópico será útil como revisão daqueles conceitos.¹

1.1. Mas, afinal, de que trata a Economia?

Durante toda a nossa vida somos afetados pelas condições econômicas da comunidade em que vivemos. As roupas que vestimos, os alimentos que comemos, a escola que freqüentamos, o salário que recebemos, os problemas do desemprego e da inflação, são todos fatores ligados diretamente às condições econômicas. Você certamente já se fez uma série de perguntas relacionadas à condição econômica dos países e das pessoas e para as quais nunca encontrou respostas satisfatórias. São perguntas do tipo: -Por que existem umas poucas economias ditas desenvolvidas enquanto em um elevado número de países as condições de vida ainda são bastante precárias? Por que algumas pessoas são ricas, enquanto muitas ainda enfrentam o problema de não ter moradia nem alimentação adequada? Por que algumas pessoas recebem altos salários, enquanto outras ganham apenas o suficiente para a sua sobrevivência? Por que existe tanto desemprego? Por que há períodos em que os preços sobem persistentemente, enquanto, em outros, os

¹ As eventuais notas explicativas que apareceriam em notas de rodapé foram jogadas para o final do texto.

preços permanecem relativamente estáveis? Por que o Brasil e outros países têm uma dívida externa tão elevada e, aparentemente, são incapazes de pagá-la?

O estudo da Economia objetiva a compreensão de todos esses problemas, fornecendo respostas a essas e a diversas outras questões. A ciência econômica pode nos proporcionar um melhor entendimento de como funciona o sistema sócio-econômico que nos cerca, e o que pode ser feito para prevenir, corrigir ou pelo menos aliviar problemas como a pobreza, o desemprego e a inflação.

Em geral, os estudantes, ao iniciarem seu estudo, querem uma definição de Economia. Existem diversas como, por exemplo:

“A economia é o estudo da maneira pela qual os homens utilizam recursos produtivos para produzir mercadorias e serviços para satisfazer as necessidades dos membros da sociedade.”

Agora um outro ponto importante a registrar: você já percebeu o quanto as pessoas são insaciáveis? De uma forma geral, quanto mais elas têm, mais elas querem, concorda? Se conseguem um primeiro emprego para ganharem R\$ 500, ficam fora de si de contentes. Passados, porém, os primeiros dias ou meses, o encanto do primeiro emprego acaba e a pessoa passa a procurar ou a se preparar para um emprego melhor, que pague mais. E quando conseguem este emprego melhor, a coisa não pára aí. A pessoa continua cada vez querendo mais e melhor. O mesmo ocorre quando a gente compra o primeiro carro que, na maioria dos casos, não é lá essas coisas! Passada a euforia inicial, a gente já está pensando em adquirir um outro mais novo e mais vistoso. E assim vai.

Tudo isso leva-nos à conclusão de que as necessidades humanas são ilimitadas. De um modo geral, quando as

necessidades básicas (alimentação, moradia, vestuário) são atendidas, o indivíduo passa a sentir outras necessidades, como educação, lazer, melhoria de seu padrão de vida – melhor casa, melhores roupas, um automóvel mais novo, e assim por diante. Uma vez atendidas plenamente as necessidades ditas materiais, o indivíduo passa a ter outro tipo de necessidade: a estima dos amigos, o reconhecimento e aceitação de seu grupo social, necessidade de *status* e coisas do gênero.

Para satisfazer a maior quantidade possível dessas necessidades, a sociedade conta com recursos como terra, mão-de-obra, máquinas, equipamentos, conhecimentos técnicos e muitos outros. Esses recursos, no entanto, são bastante limitados e, portanto, nem todas as necessidades podem ser simultaneamente satisfeitas.

As escassez de recursos, então, torna-se o problema fundamental de cada sociedade. Como resultado, a sociedade, através do instrumental analítico fornecido pela ciência econômica – princípios, teorias, modelos -, procura usar os recursos escassos tão eficientemente quanto possível, a fim de produzir o máximo de bens e serviços que deseja. O campo de atuação da Economia seria, assim, o estudo da escassez e a administração eficiente dos recursos. Eficiência, aqui, significa reduzir o desperdício ao mínimo. Em outras palavras, pode-se dizer que...

...uma economia estará produzindo da forma mais eficiente possível quando não pode aumentar a produção de um bem sem reduzir a produção

Observe-se que, se não houvesse escassez, quer dizer, se todos os recursos fossem abundantemente disponíveis, não haveria necessidade de se estudar economia.

1.2 Alguns conceitos econômicos básicos

Antes de entrarmos na teoria econômica propriamente dita, é interessante que sejam conceituados alguns termos econômicos que serão bastante usados ao longo do texto e cujo conhecimento é essencial para uma melhor compreensão do assunto. Assim, temos:

Bens e serviços – são o resultado do processo produtivo. *Bens* são as coisas concretas, tangíveis, como roupas, televisores, sapatos, canetas, etc; *serviços* são coisas intangíveis, como transporte, educação, saúde, intermediação financeira, comunicações, etc.

Fatores de produção - este é um termo típico do "economês". *Fatores de produção* são todos os recursos utilizados na produção dos bens e serviços para a satisfação de necessidades ou desejos do homem. Englobam desde os recursos naturais não-renováveis, como terra e água, até máquinas, equipamentos, recursos humanos, galpões, conhecimento técnico, capacidade empresarial, e muitos outros.

Convenientemente, todos esses recursos produtivos são classificados, de uma forma simplificada, em três categorias:

a) *Terra* – compreendendo todos os recursos naturais não-renováveis, como terra, água e ar.

b) *Trabalho* – correspondendo aos recursos físicos, mentais e intelectuais do homem, aplicados na produção.

c) *Capital* – englobando todos os recursos "produzidos" para serem utilizados na produção de outros bens, incluindo aí, principalmente, máquinas, equipamentos e prédios.

Os **bens**, por sua vez, podem ser classificados de diversas formas, dependendo de sua natureza, da quantidade disponível, de seu destino, de quem os consome, da fase em que se encontra no processo produtivo etc. Assim, temos:

-*Bens livres* – são aqueles que, apesar de serem limitados em quantidade, existem em relativa abundância. O uso de parte desses bens, por alguém, não afeta ou reduz seu

consumo por outra pessoa. São exemplos de bens livres o ar, a água do mar, etc. Por existirem em abundância, *não têm preço*, não caracterizando um problema econômico.

-*Bens econômicos* – são aqueles bens relativamente escassos, não sendo suficientes para atender a todos. Como tal, *têm um valor (preço) de mercado*.

-*Bens intermediários* – são bens que ainda vão sofrer algum tipo de transformação, não estando, portanto, disponíveis para o consumidor. Como exemplos, podem ser citados o couro (que ainda vai entrar na fabricação do sapato), a madeira (que vai virar móvel), o tecido (que vai ser usado na produção de roupas), etc.

-*Bens finais* – são os bens já disponíveis para o consumidor, seja nas lojas, seja nas padarias ou nos supermercados.

Um aspecto importante a registrar é que o destino de um bem é que o caracteriza como bem intermediário ou bem final. Assim, por exemplo, a farinha de trigo tanto pode ser um como outro. A farinha que está na padaria para a fabricação de pães é um bem intermediário; já a farinha de trigo vendida no varejo, nas mercearias e supermercados, é um bem final, pois está ali disponível para o consumidor comprá-la. E se você adquirir um farol para seu carro numa loja de auto-peças, você classificaria este farol como bem intermediário ou como bem final?²

-*Bens de consumo* – são os bens destinados à satisfação de necessidades pessoais, como, por exemplo, arroz, roupas, automóveis.

Os bens de consumo se classificam em três tipos: os *bens de consumo não-duráveis* – que são aqueles que se esgotam de imediato, no ato de sua utilização pelo consumidor, como é o caso de alimentos e bebidas; – os *bens de consumo duráveis* – que são aqueles que têm uma vida útil, não se

² Você acertou se respondeu que o farol é, nesse caso, um bem final, pois foi adquirido por um consumidor. Se tivesse sido adquirido por um fabricante de carros, seria considerado um bem intermediário.

esgotando de imediato com o seu uso, como, por exemplo, os automóveis e os eletrodomésticos; – e, por fim, existem aqueles bens que, a rigor, não se enquadram nem no primeiro grupo nem no segundo, e que são, por isso mesmo, chamados de *bens semi-duráveis* – como são exemplos o vidro, a roupa e calçados.

Você seria capaz de citar pelo menos mais um exemplo de cada um desses tipos de bens de consumo?

Mas, continuemos com nossa classificação de bens:

-*Bens de capital* – são os bens produzidos para serem utilizados na produção de outros bens, não se destinando ao consumo final dos indivíduos, como é o caso das máquinas e equipamentos, de prédios e galpões.

-*Bens complementares* – são bens consumidos conjuntamente, isto é, o consumo do bem X leva ao consumo do bem Y, como, por exemplo, carro e pneu, pão e manteiga. Quais mais?

-*Bens substitutos* – são bens consumidos de forma concorrente, isto é, o consumo do bem X exclui o consumo do bem Y, sendo exemplo clássico a manteiga e a margarina, ou dois carros de um mesmo padrão, porém de marcas diferentes. Esses bens são também chamados na teoria econômica de bens *sucedâneos* ou bens *concorrentes*.

A variação na renda real e o consumo de bens

Existe ainda uma outra classificação de bens quando nós associamos o seu consumo a uma variação da renda real do consumidor³. Assim, por exemplo, há alguns bens cujo

³ Veja que estamos falando de renda “real” e não simplesmente de renda. O conceito de renda real está relacionado com os preços dos produtos. Assim, por exemplo, se, num período qualquer, os preços sobem 15% e o seu salário cresce, também, 15%, você não está nem melhor, nem pior do que antes. Sua renda “nominal” cresceu 15%, mas sua renda real permaneceu do mesmo jeito. Agora, se os preços subiram 15% e seu salário cresceu 25%, você está melhor agora, pois pode comprar mais bens agora do que antes, já que sua renda nominal cresceu mais que a inflação. Ou seja, sua renda real, agora, está maior que antes. Pelo mesmo raciocínio, se os preços subiram 15% e seu salário só foi corrigido em 8%, no período, houve, então, uma queda em sua renda real e você ficou mais pobre.

consumo cai quando a renda real do consumidor aumenta e vice-versa. Estes bens são chamados de *bens inferiores*; há outros bens cujo consumo aumenta quando a renda real aumenta e vice-versa, ainda que não seja na mesma proporção. Estes bens são denominados *bens normais*. Há, ainda, um terceiro tipo de bem cujo consumo cresce proporcionalmente mais que o crescimento da renda real do consumidor (e vice-versa). A estes geralmente se dá o nome de *bens superiores*.

E o que são bens públicos e bens privados?

Ah, já ia me esquecendo de falar desses dois tipos de bens – muito importantes, principalmente para quem vai estudar finanças públicas. Então vamos lá:

Bens públicos são aqueles bens cujo consumidor não é individualmente identificado nem a quantidade consumida é determinada. Mais ainda, o consumo deste bem por alguém não exclui a possibilidade de outrem consumi-lo na mesma intensidade. O exemplo típico é a segurança nacional, o serviço de polícia e de corpo de bombeiros. Uma vez oferecidos esses serviços, todos, querendo ou não, se beneficiam deles. Como não se sabe quem consumiu o bem ou serviço e nem quanto foi consumido por cada um, não há como cobrar do indivíduo por seu consumo. Nesse caso, o setor privado não tem nenhum interesse em oferecer esse bem ou serviço, cabendo ao Estado fornecê-lo, cobrando, para tanto, um imposto de todos.

Já *bens privados*, ao contrário, são aqueles cujo consumidor e a quantidade por ele consumida são conhecidos. Nesse caso, o benefício e a satisfação do consumo se esgotam no próprio consumidor e, portanto, cabe a ele pagar pelo mesmo. Como, nesse caso, são conhecidos tanto o consumidor como a quantidade que ele adquiriu, fica fácil cobrar dele por este consumo. Assim sendo, o setor privado terá interesse em fornecer esse bem ou serviço. É o caso de automóveis, roupas, calçados e eletrodomésticos.

Há, ainda, um terceiro tipo de bem cujo consumidor é identificado, mas o benefício decorrente do seu consumo extrapola o consumidor individual, terminando por atingir, direta ou indiretamente, toda a sociedade. É o caso da educação e da saúde. Por esse motivo, esses bens podem ser oferecidos tanto pelo setor privado, como pelo Estado, atuando ambos de forma complementar. A esses bens costuma-se dar o nome de bens *semipúblicos* ou *meritórios*.

1.3. Consumo X investimento

Dois conceitos que, também, devem ser introduzidos desde já são o consumo e o investimento. Ambos são gastos, porém de natureza diferente. *Consumo* refere-se aos gastos ou despesas com bens e serviços que satisfazem necessidades pessoais, como são os gastos com alimentação, automóveis, saúde, vestuário e lazer. Já *investimento* refere-se às despesas voltadas para a ampliação da capacidade produtiva da economia. Exemplos típicos de gastos de investimento seriam a construção de uma hidroelétrica, a construção ou ampliação de uma fábrica, a aquisição de novas máquinas e equipamentos por uma firma, etc.

Relacionada ao investimento está a *poupança* – que pode ser definida como a *parte da renda dos indivíduos ou das empresas que não é gasta*. É importante frisar que sem poupança não há investimento. Alguém na economia tem de poupar, isto é, sacrificar consumo, para que haja recursos que financiem o investimento.

De outra parte, cumpre destacar que, em termos econômicos, nem sempre o que se constitui ou se denomina de investimento para um indivíduo o será para a economia. Assim, por exemplo, se você adquire um lote, isso pode se constituir num “bom investimento” para você mas, é preciso considerar que esta operação em nada alterou a economia, já que sua capacidade produtiva continua a mesma. Assim, economicamente falando, esta aquisição de um lote que, para você, pode ter sido um bom negócio ou um “bom

investimento”, não se constitui em investimento para a economia. Da mesma forma, uma aplicação individual em caderneta de poupança ou em depósito bancário a prazo, com ganho de juros, ainda que comumente seja chamada de “investimento”, não passa de uma poupança que, posteriormente, poderá ou não dar origem a novos investimentos, isto é, a gastos que ampliem a capacidade produtiva de uma empresa ou do país.

1.4. Microeconomia versus Macroeconomia

A Economia é estudada em dois campos ou níveis distintos: de um lado, temos a *microeconomia* que estuda o comportamento econômico dos agentes econômicos como os consumidores, os proprietários dos recursos produtivos e as empresas produtoras; também estuda a determinação e as variações dos preços dos recursos produtivos – como já visto, chamados de *fatores de produção* - e dos bens e serviços tomados cada um de per si. À microeconomia cabe, ainda, o estudo da produção da firma e dos diversos tipos de mercados - concorrência perfeita e oligopólio, por exemplo - onde atuam os ofertantes e demandantes de bens e serviços. Assim, quando se falar na demanda e na oferta de sal, ou de carros, de roupas, de passagens aéreas, etc, estamos falando de microeconomia.

De outra parte, temos a *macroeconomia* - que trata da atividade econômica em nível agregado. À macroeconomia cabe o estudo do nível da produção total de um país, da renda nacional, da produção industrial ou da produção agrícola como um todo. Ademais, a macroeconomia está preocupada com a determinação do nível de emprego e do nível geral de preços.

Assim, o estudo da produção de uma firma – por maior que ela seja - situa-se no campo da microeconomia, enquanto o estudo do setor industrial é um tópico da macroeconomia. Da mesma forma, se você estuda a atividade econômica de uma fazenda, você está dentro da microeconomia; já o

estudo da agricultura como um todo pertence à macroeconomia.

A rigor, o interesse pelo estudo e desenvolvimento da moderna Macroeconomia ocorreu a partir da Grande Depressão do início dos anos trinta, tendo recebido impulso especial com a publicação da *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, de John Maynard Keynes, em 1936. Desde então, os estudos macroeconômicos estão voltados para a compreensão das causas das grandes flutuações no nível do produto global e do emprego e na proposição de políticas de prevenção contra aquelas flutuações de forma que a atividade econômica opere sempre próxima do pleno emprego.

Importante considerar que o estudo da macroeconomia pode ser focado no curto e no longo prazos. No curto prazo, a análise está voltada para a determinação do nível de *produção efetiva*, em um dado período, e na definição de medidas de política econômica que podem ser adotadas para elevar esta produção caso esteja abaixo do nível do *produto potencial* da economia - definido este pelo *pleno emprego* dos fatores de produção.

No longo prazo, o enfoque macroeconômico está centrado na Teoria do Crescimento, onde são analisados os fatores que determinam o nível e a taxa de crescimento da economia. Trata-se, na verdade, de um tópico mais avançado da macroeconomia e que, como tal, só será abordado por nós no curso de Economia II.

1.5. O sistema econômico: agentes e fluxos

Uma descrição do sistema econômico como um todo deve considerar, de um lado, os tipos de *agentes econômicos* que nele atuam e, de outro, os *fluxos* por ele gerados. Se considerarmos, por simplificação, uma economia fechada, isto é, sem relações econômicas com outros países (sem exportações e importações, por exemplo), podemos identificar os seguintes agentes que atuam no sistema econômico:

- . As unidades familiares
- . As empresas.
- . O governo.

No sistema econômico, às **unidades familiares** cabe o papel de fornecer os recursos produtivos às empresas (recursos naturais, mão-de-obra, capital, capacidade empresarial, etc.), recebendo, em troca, uma *remuneração* – isto é, uma renda - que, num momento seguinte, será voltada para adquirir das empresas bens e serviços de que necessitam.

As **empresas**, por seu turno, demandam das unidades familiares os recursos produtivos de que precisam, remunerando-as com uma renda (salários, aluguéis, juros e lucros), enquanto ofertam para as mesmas os bens e serviços que produzem.

Ao **governo** cabe o papel principal de regulador da atividade econômica e de provedor dos chamados “bens públicos”- dos quais são exemplos, como já vimos, a segurança nacional, o serviço de polícia, a administração da justiça - além de garantir o fornecimento dos chamados “bens meritórios”, como educação e saúde. Para o desempenho dessas atividades, o governo arrecada impostos dos agentes econômicos como, por exemplo, o imposto de renda (IR) e o imposto sobre produtos industrializados (IPI).

Num modelo mais completo, teríamos de incluir um quarto agente econômico, denominado comumente de *resto do mundo*, que responde pelas importações e exportações de bens e serviços do país.

O funcionamento rotineiro do sistema econômico é melhor retratado através do *fluxo circular da atividade econômica*, conforme ilustrado na Figura 1.1. A rigor, é possível identificar naquela figura quatro fluxos do sistema econômico, bastante distintos. Um primeiro fluxo pode ser visto na parte inferior da Figura 1.1., constituído dos *fatores de produção* - que fluem das famílias para as empresas; um segundo, se

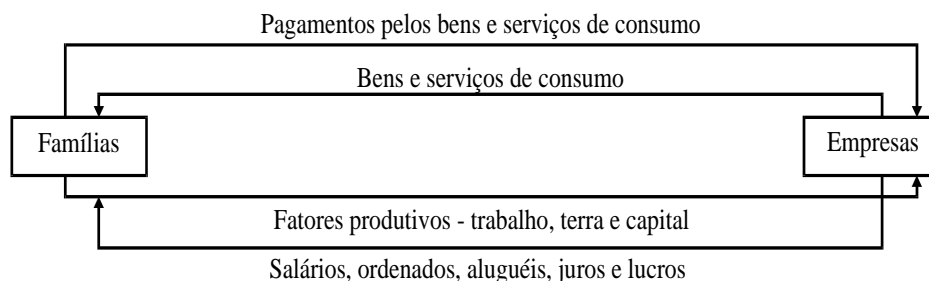
constitui do *fluxo de renda* - correspondendo aos pagamentos pelas empresas aos proprietários dos fatores de produção utilizados, e que são traduzidos nos salários, alugueis, juros e lucros. Na parte superior da Figura 1.1., temos mais dois fluxos: um seria o dos bens e serviços ofertados pelas empresas às unidades familiares, denominado de *fluxo de produtos*; o outro é caracterizado pelos *pagamentos* das famílias às empresas pela compra daqueles bens e serviços.

Pela sua natureza, esses quatro fluxos costumam ser unificados em dois fluxos distintos:

i) ***fluxos reais*** – assim considerados o fluxo de fatores de produção e o fluxo de produtos; e,

ii) ***fluxos monetários*** – correspondendo ao fluxo de renda e ao fluxo de pagamentos, pelas famílias, dos bens e serviços fornecidos pelas empresas.

Figura 1.1



É importante ressaltar que, se excluirmos o governo, o preço dos produtos ofertados no mercado pelas empresas corresponde exatamente ao custo de produção (lembrando que, do ponto de vista econômico, os lucros, como qualquer outro tipo de renda, fazem parte dos custos). Em outras palavras, não havendo governo, o valor global dos produtos ofertados é igual, por definição, à soma de todos os salários, juros, alugueis e lucros pagos ao longo de todo o processo

produtivo, em todas as suas etapas⁴. Havendo governo, o valor dos produtos no mercado será acrescido dos impostos indiretos (basicamente, o imposto sobre produtos industrializados – IPI -, o imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS - e o imposto sobre serviços – ISS), deduzindo-se os subsídios governamentais.

Note-se que, para que o sistema funcione em equilíbrio⁵, é necessário que todos os bens e serviços produzidos sejam vendidos. Como o valor da renda gerada no processo produtivo é igual ao valor dos produtos ofertados, isso significa que, para que a economia funcione de forma equilibrada, é necessário que todos gastem a renda que receberam das empresas, ou se nem todos gastarem, é necessário que alguém gaste no lugar deles.

1.6. Vazamentos e injeções

Ocorre, no entanto, que existem diversos obstáculos que, a princípio, impedem que toda a renda auferida pelos indivíduos retorne às empresas sob a forma de compra de bens e serviços. Esses obstáculos – chamados de **vazamentos** – são a *poupança (S)*, os *impostos (T)* e as *importações (M)*. Esses três obstáculos reduzem seus gastos, concorrendo para “sobrar” produtos nas prateleiras das lojas. E por que isso acontece? É fácil explicar: suponha que você recebe um salário de R\$2000,00. Para que a economia funcione bem, isto é, equilibradamente, você deveria gastar todo este seu salário (já que o valor da renda total é igual, por definição, ao valor total dos produtos). Mas, aí vem o governo e lhe tira, na fonte, R\$200,00 a título de imposto de renda (sem falar na contribuição previdenciária – que também

⁴ Deve ser lembrado que as matérias-primas se constituem em custos para uma firma isolada. Porém, quando analisada a economia, no agregado, o valor das matérias-primas compradas por uma firma corresponde aos salários, juros, aluguéis e lucros pagos na etapa anterior e que, portanto, já foram computados como custos da firma que as produziu. Assim, no agregado, as matérias-primas desaparecem. Este ponto ficará claro mais adiante, no Capítulo de “contabilidade nacional”.

⁵ “Equilíbrio”, em economia, significa igualdade entre a oferta e a demanda, seja a nível global, de toda a economia, seja a nível de um produto específico, como calçados, café, automóveis, etc.

não deixa de ser um imposto!). Assim, mesmo que você queira gastar todo o seu salário comprando produtos, você só poderá comprar R\$1800,00 – que é o que lhe sobrou depois de retirado o IR. Mas, além disso, você ainda resolve fazer uma poupançazinha mensal de, digamos, R\$150,00 para, mais à frente - quem sabe? – comprar um carrinho usado. Ao tomar esta decisão, você estará deixando de gastar mais R\$150,00 na compra de produtos. Nessas alturas, você já reduziu suas compras em R\$350,00. E depois de tudo isso, você (ou outra pessoa) ainda decide importar um microcomputador dos Estados Unidos. Mas, com que dinheiro você vai pagar esta importação? Certamente, com parte de seu salário. Digamos que você gaste R\$100,00 por mês com esta importação. Ora, o dinheiro que você gasta comprando bens do exterior faz reduzir o seu dinheiro disponível para gastar aqui dentro. No final, somando estas três parcelas, você deixou de gastar, isto é, de comprar bens e serviços dentro do País, R\$450,00! A esse seus “não-gastos” se dá o nome de *vazamentos*. Assim, dos R\$2000,00 de seu salário, você só terá comprado R\$1550,00 em mercadorias e serviços.

Se nada for feito para compensar aqueles vazamentos, muitas empresas não terão como vender todos os bens e serviços que produziram e, em conseqüência, certamente tenderão a reduzir sua produção no próximo período – o que poderá se traduzir em crise econômica com desemprego.

Para evitar que tal aconteça, é necessário criar mecanismos ou gastos compensatórios para cada vazamento. Esses gastos - chamados de *injeções* – são constituídos dos *investimentos* (I) – que compensam a poupança -, dos *gastos do governo* (G) – que devem equivaler ao montante arrecadado sob a forma de impostos -, e as *exportações* (X) – que devem, na medida do possível, ser iguais ao valor das importações, para que o setor externo fique equilibrado.

Ocorre, no entanto, que os agentes econômicos que poupam – isto é, as pessoas – não guardam qualquer relação com os agentes econômicos que fazem investimentos – isto é, as empresas. Ademais, a motivação para poupar é diferente

da motivação para investir. Assim, é perfeitamente plausível que, em determinado ano ou período, o valor das poupanças seja diferente do valor dos investimentos, podendo um ser maior que o outro. Da mesma forma, o governo tanto pode manter seu orçamento equilibrado, como pode gastar mais do que arrecada sob a forma de impostos (ou até gastar menos!!!). Também é bastante possível que o valor das exportações ora seja maior, ora seja menor que o valor das importações.

Resumindo: o valor total das injeções tanto pode ser maior, como pode ser menor, como pode até ser igual ao valor das injeções. Obviamente, cada uma dessas situações traz conseqüências diferentes para a economia do país, como veremos a seguir.

1.7. Situações de equilíbrio e de desequilíbrio macroeconômico

Antes de analisarmos essas três hipóteses, é importante introduzir o conceito de “equilíbrio” em Economia. *Equilíbrio* refere-se a uma situação de mercado que, uma vez atingido, tende a persistir. O equilíbrio de mercado ocorre quando a quantidade demandada de um produto é igual à quantidade ofertada desse produto. O equilíbrio pode se dar tanto a nível de um produto ou serviço tomado isoladamente, como a nível da economia como um todo. Assim, tanto se pode dizer que o mercado de automóveis está em equilíbrio, como se pode dizer que a economia brasileira está em equilíbrio. Da mesma forma, pode-se também dizer que o mercado tal e tal está em desequilíbrio – o que ocorre quando a demanda é maior ou menor que a oferta naquele mercado.

Com esse conceito de equilíbrio em mente, vejamos as três situações que uma economia pode enfrentar quando se compara o valor das injeções com o valor dos vazamentos:

Suponha, em primeiro lugar, que as injeções sejam menores que os vazamentos. Isso quer dizer que ou os empresários não estão confiantes no desempenho da economia nos próximos anos e, como tal, não estão dispostos a fazer muitos investimentos (ampliarem suas fábricas, ou criar novas indústrias) e, portanto, está sobrando poupança nos bancos, ou o país está exportando menos do que importando ou, apenas para raciocinar, o governo está gastando menos do que está arrecadando (será isso possível?!!!). Não importa qual seja a razão, mas se os vazamentos são maiores que as injeções, isso significa que está havendo menos compras do que deveria haver. Em termos econômicos, isto quer dizer que a *demanda agregada* está fraca, menor do que a *oferta agregada* de bens e serviços.

Se assim é, qual deve ser a consequência disso para a economia como um todo? Você certamente já deduziu o que deverá acontecer a partir daí: os empresários, percebendo que seus produtos não estão sendo todos vendidos, e que está havendo uma formação indesejada de estoques nas empresas, começam a reduzir a produção. E reduzir produção significa reduzir o nível de emprego e, numa cadeia de consequências, a redução do emprego implicará queda da renda das pessoas, que implicará um menor consumo, etc. A economia entra, assim, num círculo vicioso de recessão, com baixo nível de emprego-renda-consumo. Esta é a consequência mais direta de uma situação onde as injeções – isto é, os gastos agregados – são menores que os vazamentos (que são os não-gastos), a nível macroeconômico.

Vejam, agora, a situação em que as injeções são maiores do que os vazamentos. Isso quer dizer que está havendo um volume de compras muito grande na economia. Os empresários estão otimistas com o futuro da economia e estão fazendo muitos gastos de investimentos; o governo deve, também, estar gastando mais do que arrecada em impostos e, também, pode ser que as exportações estão

acima das importações. Nesta situação, os lojistas, vendo que seus estoques estão acabando, fazem mais e mais pedidos às fábricas, obrigando estas a aumentarem a produção. O resultado disso é certamente mais crescimento econômico com mais geração de emprego. Dependendo da resposta mais ou menos rápida do setor produtivo, a pressão das compras em excesso pode (e deve) pressionar os preços para cima, dando início a um processo inflacionário. Num primeiro momento, haverá crescimento econômico com inflação. Mas, com o passar do tempo, os agentes econômicos começam a perceber que a inflação está lhes causando perdas e mais perdas reais e, em consequência, passam a exigir correções compensatórias de salários, surgem mecanismos automáticos de correções de aluguéis e dos valores de contratos de fornecedores, as taxas de juros se elevam para cobrir as taxas de inflação. Entra-se, então, no chamado *círculo vicioso da inflação* assim descrito: a inflação gera correções de salários e de outras rendas que geram mais inflação e que gera mais correções, e assim por diante. O final deste processo é a conhecida espiral inflacionária de difícil controle e que acaba por paralisar a atividade produtiva, entrando o país, novamente, na estagnação econômica. Ou, como se diz no jargão econômico, na *estagflação*, caracterizada pelo pior dos dois mundos: estagnação com inflação!

Temos, por fim, a terceira situação, que é aquela em que o valor total das injeções se iguala com o valor total dos vazamentos, ou, em termos econômicos, trata-se de uma situação em que a chamada *oferta agregada de bens e serviços* é igual à chamada *demanda agregada por esses produtos*. Nesta situação, tudo o que se deixou de comprar por causa da poupança, dos impostos arrecadados pelo governo e das importações foi exatamente compensado pelos gastos de investimentos, do governo e de exportações. Não sobra nem falta produto. Nesta hipótese, pode-se, então, afirmar que *o sistema econômico estará em uma situação de equilíbrio estável* – uma situação em que a economia cresce a taxas moderadas – digamos, entre 3% e 5%, - sem pressões

inflacionárias. Seria esta a situação “ideal” da economia – que é o que geralmente acontece com as economias desenvolvidas, como a Alemanha, a França, os Estados Unidos, o Canadá e outros.

1.8. Outros conceitos econômicos relevantes

Existem, ainda, alguns outros conceitos econômicos bastante relevantes e que certamente ajudarão você a entender melhor os tópicos macroeconômicos que estaremos desenvolvendo em aulas mais à frente. Senão, vejamos:

i) Variáveis fluxo e variáveis-estoque

Existem dois tipos de variáveis econômicas: as variáveis-fluxo e as variáveis-estoque.

As variáveis-fluxos são aquelas que são medidas em um determinado período, tais como ano, trimestre, mês, semana, etc., podendo ser citados os seguintes exemplos:

- .salários pagos num determinado mês;
- .exportações e importações no trimestre;
- .lucro das empresas no quadrimestre;
- .consumo de bens e serviços no ano;
- .o número de nascimentos e óbitos na semana;
- .a variação dos preços no semestre.

Já as variáveis-estoque são aquelas medidas em uma determinada data, sendo exemplos:

- .O estoque de mercadorias numa loja;
- .o capital investido numa fábrica;
- .a dívida externa do país;
- .o estoque de capital do país;
- .a dívida interna do governo;
- .a população de um país;

.a quantidade de moeda em circulação no país;

Deve ficar claro que existe uma inter-relação entre as variáveis-fluxo e as variáveis estoque, como pode ser visto no exemplo de uma torneira que esteja despejando água (variável-fluxo) num reservatório. O volume de água que existe em determinado momento no reservatório é uma variável-estoque, mas este volume é afetado a cada momento pela vazão de água da torneira. Em outros termos, a variável-estoque (nível da água no reservatório) é influenciada pelo valor da variável-fluxo (que é a vazão da água da torneira).

A mesma coisa se passa em Economia. A dívida externa de um determinado país – que, em qualquer momento, é uma variável-estoque – é influenciado entre um momento e outro pelos fluxos de empréstimos e de amortizações feitas no período. Da mesma forma, existe, hoje ou agora, um estoque de automóveis no país ou numa cidade, mas com contínua produção de carros (fluxo), aquele estoque vai se alterando com o passar dos dias, dos meses ou do ano.

ii) Mercados

Todos temos na cabeça um quase perfeito conhecimento do que seja mercado. Mas, se você pergunta a um seu colega o que ele entende por “mercado”, é quase certo que ele vai gaguejar, dissimular, tentar explicar, mas no fundo não vai saber definir o que seja esta palavra. Então, vamos lá, tentar clarear a cabeça de seu amigo:

Mercado é lugar no qual compradores e vendedores se encontram para comprar ou vender bens, serviços e recursos. Existe um mercado para cada bem ou serviço, como também existe o mercado para um país como um todo. Você tanto houve falar no mercado de automóveis ou no mercado de feijão, como no mercado brasileiro de café, de trabalho, etc. E, dependendo do número de agentes que atuam em determinado mercado – quantos compradores e ofertadores existem do produto – este mercado receberá uma

denominação diferente (como monopólio, oligopólio, etc), mas isso será visto com mais detalhes na próxima aula.

iii) Função

Por fim, um outro termo que aparece muito nos textos de economia é “função”. Uma *função* nada mais é que uma relação matemática entre os valores de duas ou mais variáveis. A função mostra como o valor de uma determinada variável – chamada “variável dependente” – depende do ou varia com o valor de uma ou mais variáveis - chamadas “independentes”. Assim, por exemplo, a função-demanda de um produto no mercado mostra a relação entre a quantidade demandada de um produto num período e o preço deste produto (mantendo o valor das demais variáveis constante!). À medida que variamos os preços de determinado produto, vão variando também as quantidades demandadas desse produto.

Você seria capaz de lembrar de alguma outra função, em Economia? Se não se lembra, dê uma olhada nos exemplos que aparecem na “nota de rodapé” abaixo⁶.

1.9. Resumindo esta nossa primeira aula

Em resumo, esta nossa primeira aula serviu para introduzir aqueles não iniciados em Economia ao mundo maravilhoso desta Ciência. Para aqueles que já têm uma certa base na disciplina, esta aula deve ter sido útil para relembrar conceitos básicos que nos serão bastante úteis quando começarmos a estudar a Macroeconomia, já a partir da terceira aula.

Hoje, nós vimos os diversos conceitos de bens, o conceito e a diferença de consumo e investimento, revisamos

⁶ São inúmeros os exemplos de “função” na teoria econômica, como a função consumo ($C = bY_d$), a função poupança ($S = sY_d$), a função oferta ($Q_s = fP$); a função investimento ($I = i r$), e tantos outros.

o funcionamento do sistema econômico – seus fluxos e agentes – e, por fim, analisamos o conceito de “equilíbrio” econômico, enfocando as situações de equilíbrio e desequilíbrio macroeconômico e suas conseqüências para o nível de emprego, de renda e de produto.

Na nossa próxima aula – a 2ª de uma série de 12 aulas - nós continuaremos introduzindo alguns conceitos econômicos básicos, quando vamos estudar os tipos de mercado existentes e a lei da oferta e da procura. Até nossa próxima aula, mas, antes, dê uma olhada nos exercícios de revisão do que foi visto até aqui.

Uma boa sorte para você, um abraço e até nosso próximo encontro!

Exercícios de revisão:

1. Complete:

I - Só a limitação física não produz escassez; o ar e a água do mar são limitados em quantidade, mas não caracterizam um problema econômico, porque, em circunstâncias normais, não são _____, porque _____

II - Economia e escassez estão tão interligados que um bem escasso é chamado de _____, e um bem que não é escasso é denominado de _____.

III - Os recursos que entram no processo produtivo são chamados de _____. Já o resultado do processo de produção é chamado de _____.

IV - *Classifique os itens abaixo (terra, trabalho ou capital):*

1. Terra usada para uma barragem _____
2. Terra usada numa horta _____
3. Um triturador de milho _____

4. Uma bateadeira de bolo _____
5. Os serviços de uma empregada doméstica _____
6. A água usada por engarrafador de cerveja _____

V - Na terminologia econômica, os meios (ou fatores de produção) produzidos são chamados de _____.

VI - Recordando, faça a distinção entre:

- Bens e serviços;
- Bens de consumo e bens de capital;
- Poupança e investimento.

2. Com relação ao fluxo circular da atividade econômica, para que o sistema econômico funcione em equilíbrio, é necessário e suficiente que:

- a) $S = I$;
- b) $G = T$ e $S = I$;
- c) $S = I$ e $X = M$;
- d) $G = S$, $T = M$ e $X = I$;
- e) $S = I$, $T = G$ e $X = M$.

3. Com relação, ainda, ao ciclo da atividade econômica, marque C (certo) ou E (errado) sentenças abaixo.

- a) () A oferta de bens e serviços é tipicamente um fluxo real.
- b) () O sistema econômico conta com dois mercados distintos: um de fatores de produção e outro de bens e serviços.
- c) () O sistema econômico estará em equilíbrio se, e somente se, o total de poupança for igual ao total de investimentos.
- d) () As empresas, as unidades familiares e o governo são os agentes econômicos do sistema.
- e) () O sistema econômico só estará em equilíbrio se todas as rendas geradas no processo produtivo forem gastas.
- f) () A poupança se constitui numa “injeção” do fluxo monetário.
- g) () As unidades familiares são os agentes demandantes tanto dos fatores de produção como dos bens e serviços.
- h) () Se o total de injeções for igual ao total de vazamentos, o sistema econômico estará em equilíbrio, mas sem qualquer estímulo à expansão.
- i) () Se o total das injeções for menor que o total de vazamentos, haverá recessão com inflação.

- j) () As importações são consideradas vazamentos no fluxo de renda.
- k) () O processo produtivo dá origem a dois fluxos distintos: o da renda (pagamento aos fatores de produção) e o fluxo real (oferta e procura dos bens e serviços).
- l) () O processo produtivo mostra que a economia sempre e obrigatoriamente estará em equilíbrio, já que o valor da renda gerada é, por definição, igual ao valor dos bens e serviços produzidos.
- m) () Os gastos do governo são considerados “injeções”, desde que sejam iguais ao montante dos impostos arrecadados.
- n) () Os serviços dos fatores de produção fluem das famílias para as empresas, enquanto o fluxo contrário, da renda, destina-se ao pagamento de salários, aluguéis, juros e lucros.

.....

Gabarito com alguns comentários:

1. I - escassos; existem em relativa abundância;

II - bem econômico; bem livre;

III - fatores de produção; bens e serviços;

IV - 1. terra; 2. terra; 3. capital; 4. capital; 5. trabalho; 6. terra.

V - bens de capital;

VI- ambos são o resultado do processo produtivo; **bens**: são coisas concretas, tangíveis; **serviços**: são coisas intangíveis; **bens de consumo**: são bens destinados a satisfazer necessidades pessoais; **bens de capital**: são bens produzidos para produzir outros bens (ex. máquinas); **poupança**: é a parte da renda que não é gasta ou consumida; **investimentos**: são gastos voltados para aumentar a capacidade produtiva da firma ou do país.

2. E

3. a) C; b) C;

c) E - *Comentário*: Recorde-se que, para que o sistema econômico funcione em equilíbrio, é necessário que todas as rendas sejam gastas. Se o proprietário da renda, por algum motivo não gastá-la inteiramente (porque quis poupar uma parte, ou porque o governo lhe tomou uma parte via impostos), alguém tem de gastá-la em seu lugar. Assim, não basta que a poupança seja igual aos investimentos para a economia estar em equilíbrio; é necessário que todas as demais injeções sejam iguais aos respectivos vazamentos. Do contrário, ou sobra ou falta produto na economia, provocando, assim, uma situação de desequilíbrio.

d) C - *Comentário*: Esta afirmativa está correta desde que a análise esteja considerando uma economia “fechada”, isto é, sem relações comerciais e financeiras com o exterior. Se “abirmos” a economia, ou seja, considerando-se uma economia “aberta”, temos de acrescentar entre os agentes econômicos o “setor externo” ou o “resto do mundo”.

e) C – *Comentário*: veja comentário do item (c), acima.

f) E;

g) E – *Comentário*: As unidades familiares *ofertam* recursos ou fatores produtivos e *demandam* bens e serviços das empresas. Já estas últimas *demandam* fatores produtivos e *ofertam* bens e serviços para as famílias.

h) E – *Comentário*: Sim, o sistema econômico estará em equilíbrio, mas haverá estímulo, sim, ao crescimento. Ao verem que todos os seus produtos foram vendidos, as empresas estarão interessadas em produzir mais no próximo ano. Neste caso, a economia crescerá a taxas moderadas, algo entre 3% e 5% ao ano.

i) E;

j)C;

k) C;

l)E – *Comentário*: Realmente, por definição matemática, o valor total das rendas é igual ao valor total dos bens e serviços. Mas, para a análise do equilíbrio importa mesmo é verificar se todas as rendas foram gastas, adquirindo todos os produtos oferecidos.

m) E – *Comentário*: Os gastos do governo são considerados injeções, independentemente de serem iguais, maiores ou menores do que os impostos arrecadados. Em economia, gastos são sempre injeções (inclusive o consumo das famílias).

n) C.

Até nossa próxima aula!

.....

